Singapura III: Regulação — PSA, SFA, FSMA/DTSP, stablecoins, tokenização

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura regula os ativos digitais por meio de três leis redigidas em momentos diferentes, para finalidades diferentes, e que hoje se sobrepõem nos mesmos modelos de negócio. O Payment Services Act 2019 (PSA, a lei de serviços de pagamento) abrange a camada de pagamentos e de câmbio, ao passo que o Securities and Futures Act 2001 (SFA, a lei de valores mobiliários e derivativos) abrange os tokens que se comportam como investimentos. A Parte 9 do Financial Services and Markets Act 2022 (FSMA) fecha a lacuna para empresas sediadas em Singapura que atendem o resto do mundo. O fundador que lê apenas uma das três costuma chegar à resposta errada, porque a Monetary Authority of Singapore (MAS) as aplica cumulativamente à atividade e nunca ao rótulo que a empresa escolheu para si.

Esta Parte apresenta os três regimes na ordem em que um assessor em Singapura efetivamente os examina. Começa pelo Payment Services Act, porque quase toda empresa de criptoativos toca em um serviço de digital payment token (DPT, token de pagamento digital) e porque as categorias de licença dessa lei regem as questões práticas de capital, custódia e conduta. Passa, em seguida, ao perímetro dos valores

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

mobiliários, em que a questão é saber se um token é um capital markets product (produto do mercado de capitais) e o que decorre disso. O terceiro regime, a licença de digital token service provider (DTSP, prestador de serviços de tokens digitais) prevista no Financial Services and Markets Act, entrou em vigor em 30 de junho de 2025. Ele remodelou a população de empresas de criptoativos de Singapura de forma mais acentuada do que qualquer medida anterior.

Três capítulos adicionais tratam de áreas em que os regimes gerais encontram políticas específicas. O primeiro é o marco para stablecoins de moeda única anunciado em agosto de 2023 e sua implementação legislativa. O segundo é a tokenização de valores mobiliários e fundos no âmbito do Project Guardian e de seus sucessores. O terceiro é o tratamento regulatório de staking, empréstimos, finanças descentralizadas e tokens não fungíveis. A Parte se encerra com o processo de licenciamento tal como vivido pelo requerente, incluindo o caminho pelo qual um grupo suíço obtém uma licença em Singapura e um grupo de Singapura obtém uma licença suíça.

Ao longo do texto, a comparação com a Suíça é feita onde ajuda na decisão. O leitor suíço reconhecerá o perímetro baseado na atividade e o lema da neutralidade tecnológica, mas deve esperar de imediato três diferenças. Singapura licencia a empresa por meio de um único regulador integrado, sem equivalente à via das organizações de autorregulação para a supervisão exclusivamente em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro. Desde 2022, além disso, mantém deliberadamente pequena a participação do varejo em tokens especulativos. O direito está atualizado até 30 de junho de 2026.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.